
UM CURSO DE DIREITO PARA QUILOMBOLAS E RIBEIRINHOS: E PODE ISSO? EXPERIÊNCIA DO PRONERA NO PARÁ

A LAW COURSE FOR QUILOMBOLAS AND RIPARIAN: IS THIS ALLOWED? PRONERA EXPERIENCE IN PARÁ

Lílian Regina Furtado Braga¹

<http://lattes.cnpq.br/7662797308740624>

<https://orcid.org/0000-0002-8596-6773>

Recebido em: 2 de janeiro de 2021

Aprovado em: 1 de março de 2021

RESUMO: O presente trabalho pretende discutir a implantação de cursos de Direito para populações tradicionais na Amazônia, a partir do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária – PRONERA, política pública desenvolvida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Tendo como metodologia de trabalho a observação participante, a análise de documentos e revisão de bibliografia, se identificam os desafios de planejar e instalar um curso superior que precisa ser executado a partir da pedagogia da alternância, quebrando a lógica política e econômica neoliberal de que curso de Direito não poderia atender populações tradicionais. O PRONERA foi a estratégia encontrada pelos movimentos sociais do Baixo Amazonas, para incluir na pauta de demandas dos cursos para a região, o curso de Direito.

Palavras – chave: Ensino do Direito. Política Pública. Movimentos Sociais. Populações Tradicionais.

ABSTRACT: The present essay pretend to discuss the implantation of law courses for traditional populations in the amazon, through the National Program of Education for Land reform - PRONERA, public policy developed by the Colonization and Agrarian Reform Institutes - INCRA. Having as work methodology the participant observation, the analysis of documents and revision of bibliography, the challenges of planning and installing a higher education course that needs to be carried out based on the pedagogy of alternation are identified, breaking the neo liberal politic and economic logic that the law course could not attend traditional populations. The National Program of Education for Land reform - PRONERA was the strategy found by the social movements of Lower Amazonas, to include on the agenda ofcourse demands for the region, the law course.

Keywords: Law teaching. Public policy. Social movements. Traditional populations

INTRODUÇÃO

A orientação constitucional de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família balizam os marcos normativos para a Educação do Campo, estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC): “A educação do campo, tratada como educação rural na legislação

¹ Promotora de Justiça de Santarém - Ministério Público do Estado do Pará. E-mail: lreginabraga@hotmail.com

brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”, conforme podemos extrair da inteligência do art. 205 da Constituição Federal.

São novos paradigmas, reconfigurados pelas lutas do Movimento de Educação do Campo e na Amazônia, articulados pelos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, movimentos sociais, grupos étnicos na busca de interrelações que consigam compor respostas às suas necessidades particulares, grupais e relacionais, principalmente na busca do direito de continuar existindo.

Neste contexto abordamos a conflituosidade vivenciada no Estado do Pará na disputa pela ocupação e utilização econômica da terra, na ineficiência das políticas públicas para as populações do campo, das florestas e das águas e a instalação de um Grupo de Trabalho de Questões Agrárias e Fundiárias no Ministério Público do Estado do Pará, que tratava internamente naquela instituição as demandas das Promotorias de Justiça Agrárias do Estado do Pará e que em conjunto com os movimentos sociais do campo passaram a analisar de modo mais detalhado e aproximado, as demandas do campo que se apresentavam, entre elas a educação no campo, o que aproximou o grupo ao Fórum Paraense de Educação no Campo.

Havia necessidade de regionalização do tratamento daquelas demandas e o Fórum de Educação do Campo proporcionaria uma atuação mais localizada. A estratégia a ser articulada em conjunto com o Ministério Público foi regionalizar o Fórum, que permitiria uma análise mais focal do contexto do Baixo Amazonas.

As Promotorias de Justiça Agrária e de Educação de Santarém/PA, em conjunto com as instituições de ensino superior, especialmente o Instituto de Educação (ICED) da Universidade Federal do Oeste do Pará, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Casas Familiares Rurais, Pastoral Social da Igreja Católica, Colônia de Pescadores, Secretarias Municipais de Educação e diversas organizações ligadas aos movimentos sociais, encadearam-se na constituição do Fórum de Educação do Campo do Baixo Amazonas.

Os municípios do Baixo Amazonas participantes do fórum regional já encetavam discussões sobre a instalação de cursos através da política nacional de educação para assentados da reforma agrária, sem sucesso. Com a instalação do fórum regional a temática da educação do campo e a pedagogia da alternância, eram assuntos que tomavam assento nas rodas de conversas em discussões que causavam nítidos incômodos e desinstalavam as resistências de todos pelas proposições estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996, art. 4, IX), que indica a responsabilidade com a educação de qualidade, universal e materialmente subsidiada.

O Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA), patrocinado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, foi a possibilidade de fazer chegar nos clientes da reforma agrária uma metodologia educacional que estimulou e desenvolveu o Baixo Amazonas, no Estado do Pará, através do Curso de Especialização em Saúde da Família e da Comunidade. Experiência essa que serviu como protótipo para novas propostas, como a viabilidade de um curso de Direito para populações rurais e quilombolas da região.

A análise dos desafios a serem superados, a compreensão do ensino jurídico no Brasil e para as populações do campo, através de reflexões bibliográficas sobre o tema, são as provo-

cações deste ensaio.

DESENHANDO UM LUGAR E UM CONTEXTO

As condições socioeconômicas de uma localidade, de uma região são fortes indicadores do seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As dimensões de educação, renda e longevidade indicam o bem estar das pessoas. O pressuposto para se medir o avanço de uma população deve se considerar para além da dimensão econômica, incluindo outras características como: sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD)².

O planejamento de ações e políticas públicas podem ter como ferramentas indicadores de educação combinados a outros, como saneamento básico, renda, expectativa de vida. O IDHM das cidades brasileiras (0,750) se encontra na faixa de alto desenvolvimento humano, o IDHM rural (0,586) não conseguiu ultrapassar a faixa de baixo desenvolvimento humano, e os piores estão nas localidades do Norte e Nordeste do País (AQUINO, 2018).

O IDH em Santarém, um dos municípios mais desenvolvidos do oeste paraense, que ocupa o protagonismo econômico entre as cidades do Baixo Amazonas, no ano de 2010, estava calculado em 0,691. Desmembrando o índice, podemos encontrar os seguintes valores: Educação, 0,648; Longevidade, 0,807; e Renda, 0,632. Percebemos que a renda está relacionada ao valor mais baixo dos índices, representando, no município, o vértice mais vulnerável do cálculo.

Pelos dados apresentados, nesta microrregião do oeste paraense, podemos pressupor que as condições do IDH nas regiões rurais, possivelmente, são ainda de valores mais baixos. Sabemos que para melhor renda e longevidade há necessidade de maior qualificação educacional dos jovens que vivem no campo, na floresta e nas águas dessa região, pois sem o qual, pode se comprometer o desenvolvimento de futuras gerações, consequentemente, da própria Amazônia.

Conforme os dados do Censo do IBGE (2010) o município de Oriximiná está interligado a Santarém pelo Rio Amazonas, realidade de outros 10 municípios da região. Localiza-se na região oeste do estado do Pará, pertencendo a mesorregião do Baixo Amazonas e à microrregião de Óbidos. A contagem populacional realizada pelo IBGE em 2010 demonstrou uma população de 62.794 habitantes, apresentando uma maior população urbana que população rural, porém apresentando uma grande variação entre índices dos anos de 1991 (população urbana: 52% e população rural: 48%) e 2010 (população urbana: 63,93% e população rural: 36,07%).

A população do município em 2010, pode-se identificar que 74,99% na faixa etária de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 65,92% e, em 1991, 56,25%. Observa-se um avanço com relação ao desenvolvimento da educação básica ofertada. Com relação aos cursos de nível superior, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 3,15% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,84% e, em 1991, 0,39% (IBGE, 2010).

Em 2010 o IDHM de Alenquer foi avaliado em 0,564. Com esse valor, o município classifica-se entre os de baixo desenvolvimento humano, ocupando a 4965ª em 2010, Com uma

² O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) vem sendo calculado, desde 1998, no Brasil, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH-M de 2010 foi atualizado pelos dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

população rural de 47.32% em 2010. Desmembrando o índice temos: Educação, 0,436; Longevidade, 0,779; e Renda, 0,529, representando baixíssimos índices de educação e renda.

Pelos dados apresentados, nestes municípios do oeste paraense, podemos pressupor que as condições do IDH nas regiões rurais, possivelmente, são ainda de valores mais baixos, de realidades muito mais precarizadas. Sabe-se que para melhor renda e longevidade há necessidade de maior qualificação educacional dos jovens que vivem no campo, na floresta e nas águas dessa região, pois sem os quais, pode se comprometer o desenvolvimento de futuras gerações, conseqüentemente, da própria Amazônia.

EDUCAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS

- *O verão chegou né Seu José?*
 - *Parece! Mas o Ipê tá desconfiado.*
 - *Por quê seu José?*
 - *Ele ainda não botou suas flores.*
Por aqui ainda está chovendo muito.
(diálogo da autora com José Frederico Henn³)

As áreas rurais amazônicas, ordenadas pelos projetos de reforma agrária atendem Territórios Quilombolas, áreas de assentamento que podem ser classificados em:

QUADRO 1: Modalidades de Projetos de Assentamentos criados pelo Incra atualmente.

MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;

³ Sabedoria do homem do campo que sabe ler os sinais dos ventos, das chuvas, do calor e da terra. O sr. José Frederico Henn, foi um dos primeiros assentados da Amazônia, no tempo em que os sulistas, trazidos para BR 163, eram os homens para uma terra sem homens. O letramento formal para este homem o que seria?

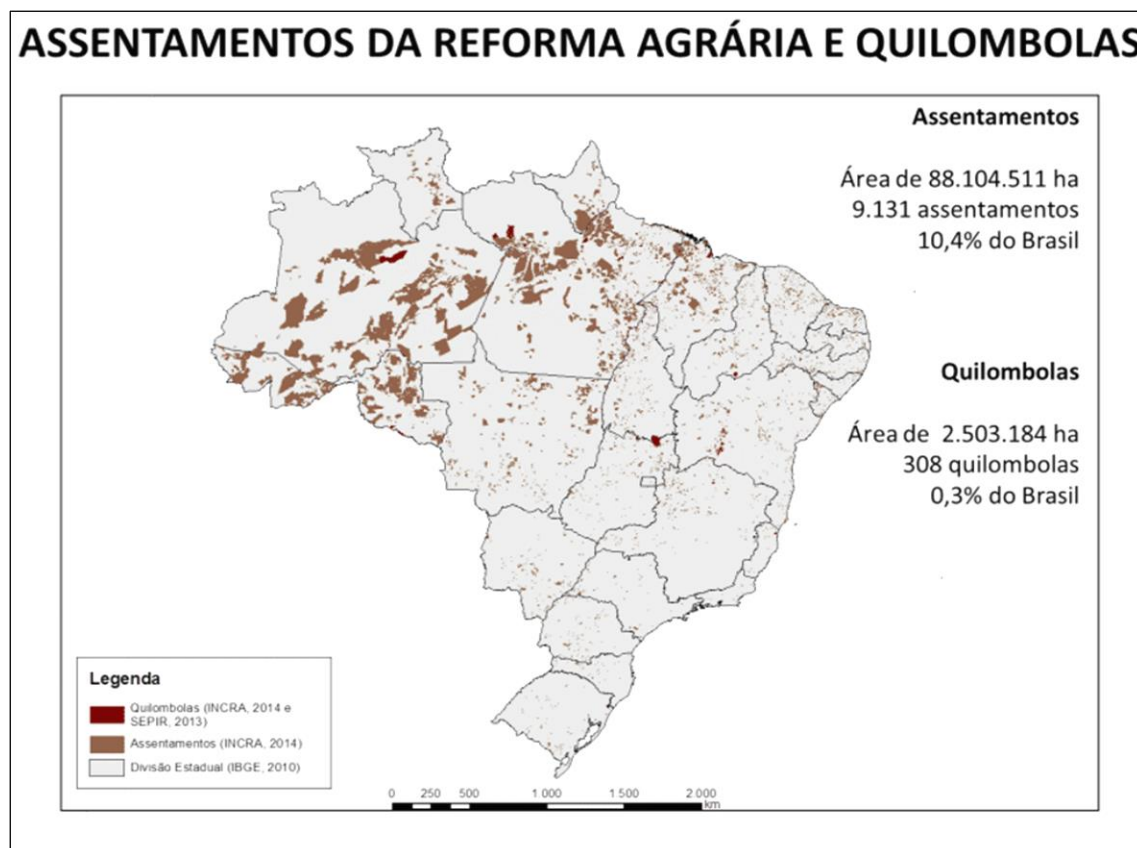
		Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte; A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso (CCU); O Incra, em conjunto com Ibama - órgãos estaduais e a sociedade civil organizada - indicarão áreas próprias para implantação dos PAFs.
Projeto de Assentamento Casulo (Modalidade revogada pela Portaria Incra nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017)	PCA	Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; A União pode participar com recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; Aporte de recursos de Crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e municipal; Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; Titulação de responsabilidade do município.
Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS	Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis; As áreas serão adquiridas pelo Incra por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais; Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município; O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos; O Incra e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.

Fonte: (INCRA, 2020).

Projeto de Assentamento Agro-Extrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento destinado a populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas (BRASIL, 1996), podendo esses serem encontrados em vários municípios da Amazônia, assim como um vasto número de Territórios Quilombolas no Oeste do Pará (Figura 1).

Há uma grande concentração de pessoas nestes territórios na região do Baixo Amazonas, desenvolvendo para além de atividades extrativista a agricultura familiar.

Figura 1: Mapa de Assentamentos e Territórios Quilombolas.



Fonte: GITE/Embrapa

É para estes territórios, áreas de domínio público e administradas pelas populações assentadas através de sua forma organizativa, é que se destinam as políticas de educação do campo. Há um grande déficit social com relação a saúde, a educação, ao lazer e, ainda, a necessidade de infraestrutura como estrada para escoamento da produção destes locais.

Em 2010 ao comparar a escolaridade entre a faixa etária de 18 a 24 anos (Tabela 1) da população urbana (61,4%) e rural (38,6%) no Oeste do Pará (IBGE, 2017), pode se observar que apesar desta última ser proporcionalmente menor, nesta se concentra o maior percentual de jovens com o segundo ciclo fundamental completo ou mais (72,9%). Vejamos o quadro abaixo que expressa esse contexto:

QUADRO 2: Escolaridade da População residente da Região Oeste do Para (18 à 24 anos) -2010

Escolaridade	População Geral		População Urbana		População Rural	
	Números Absolutos	(%)	Números Absolutos	(%)	Números Absolutos	(%)
Sem instrução/1º ciclo fundamental incompleto	14906	12,4	15821	21,4	3127	6,7
1º ciclo fundamental completo/2º ciclo incompleto	18705	15,5	15428	20,8	5663	12,2
2º ciclo fundamental completo ou mais	74459	61,7	32568	44,0	33918	72,9
Não determinada	12530	10,4	10251	13,8	3830	8,2
Total	120601	100	74068	100	46533	100

Fonte: IBGE, 2010.

O déficit educacional na região Oeste do Pará é identificado pelos dados desde o ensino fundamental ao médio, especialmente com relação aos povos do campo, da floresta, e das águas.

A mulher e o homem do campo necessitam dos investimentos das políticas públicas em educação, não os afastando da terra e de suas tradições. A formação superior tem exigido um esforço maior de compreensão sobre as especificidades para atender a clientela da reforma agrária.

UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

O I Fórum de Determinantes Sociais em Saúde (DSS,2016) do Oeste do Pará – promovido pela UFOPA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agriculturas Familiares do município de Santarém em 2016, observou em seus debates o avanço econômico de atividades como a monocultura da soja, a construção de portos e a ampliação do complexo energético, convivendo ainda com realidades muito presentes no norte do país como saneamento básico precário e a histórica violência no campo, motivados por disputas pela terra.

O seminário “Hidrelétrica e Mineração na Amazônia: Impactos sobre os Territórios Indígenas e Quilombolas de Oriximiná”, ocorrido em Oriximiná também no ano de 2016, apresentou relatos das populações tradicionais locais em relação aos grandes impactos sociais destas atividades econômicas. Não havia somente a identificação de impactos e danos ambientais, mas os efeitos diretos na saúde da população em virtude das contaminações já identificadas como no Lago do Batata. Somava-se o fato da precarização do atendimento em saúde nas comunidades, com Unidades Básicas de Saúde dispondo de limitado atendimento às populações rurais. Este era o cenário de proposição do curso de especialização em Saúde da Família e da Comunidade ao PRONERA, para os assentados da Região Oeste do Pará.

Este curso foi construído coletivamente pelo INCRA, UFOPA e movimentos sociais e com apoio de outras instituições, tais como MPPA. O curso foi formado, em sua maior parte, pelo público-alvo do PRONERA. De uma turma composta por 40 alunos, onde 70% eram oriundos dos municípios do Oeste do Pará.

Foi fundamental o acompanhamento do Ministério Público estadual no acompanhamento da discussão e execução do curso de especialização e na orientação de como de poderia garantir a participação e controle sociais. Com isto implementou-se o Conselho Gestor do PRONERA SR30, atendendo a necessidade de organização e acompanhamento das demandas do programa. O Conselho Gestor, segundo o Manual do PRONERA, tem função primordial na gestão da política pública, pois para ele é submetida a demanda de cursos, através dele é feita a divulgação e articulação das ações do programa, promove parcerias. No Pará este foi o primeiro conselho implementado.

Na sequência da aprovação e implementação do curso de Especialização em Saúde da Família e da Comunidade, houve uma consulta dos movimentos sociais, assentados e quilombolas para indicação dos próximos cursos. Após a oitiva deste grupo passaram-se aos diálogos com as instituições de ensino para formulação das propostas dos cursos a serem encaminhados para Comissão Nacional do PRONERA. Foram propostos os seguintes cursos:

CURSO	MUNICÍPIO
Engenharia Ambiental	Juruti
Direito	Oriximiná
Pedagogia	Óbidos
Agronomia	Monte Alegre
Geografia	Santarém
Pedagogia	Santarém
Técnico em Agropecuária	Santarém
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia	Santarém
Geologia	Santarém
Especialização em Gestão Social e Desenvolvimento Territorial na Amazônia	Alenquer
Administração	Alenquer

Fonte: Quadro desenvolvido pela própria autora

Um movimento de empoderamento das relações entre a academia e os movimentos sociais ocorreu e fortaleceu as proposições de novos cursos para Comissão Nacional de Educação do PRONERA. Nota-se que vários municípios se credenciaram ao oferecimento de cursos tecnológicos, graduação e especialização *latu sensu*.

A Universidade Federal Fluminense (UFF), através da Unidade Avançada José Veríssimo (UAVJ) localizada em Oriximiná no Estado do Pará, encaminhou proposta de curso de Direito para ser desenvolvido nesta unidade extensionista da UFF. Importa destacar que neste município há mais de trinta e cinco comunidades quilombolas (SOUSA, MADEIRA FILHO E BRAGA, 2020). Na região do Baixo Amazonas há ainda territórios quilombolas nos municípios de Santarém, Monte Alegre e Alenquer.

As áreas de assentamento federais, até o ano de 2014, somavam 157 territórios, os assentamentos estaduais são 33 áreas, todos eles com clientes da reforma agrária e potenciais alunos para os cursos oferecidos pelo PRONERA. Portanto há demanda para região e cursos de direito há somente dos cursos regulares oferecidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Luterana (ULBRA) E Universidade da Amazônia (UNAMA), todos em Santarém, que é a cidade pólo da região do Baixo Amazonas.

Essas proposições refletiam o êxito do curso de especialização em saúde da família e da comunidade, que no início das tratativas para implantação do curso de Direito estava em plena execução e que redimensionava as possibilidades de acesso ao ensino superior das populações dos campos, florestas e das águas. Essas populações começavam a ter sinais de mudança em sua trajetória educacional, pois com a conclusão do Curso de Especialização em Saúde da Família e da Comunidade, haveria quarenta profissionais das zonas rurais especializados. O curso se manifestou como de fato uma necessidade, que o índice de evasão foi zero.

O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

A história do ensino jurídico no Brasil é marcada pelas influências vindas da Faculdade de Direito de Coimbra:

Entre 27 de agosto de 1823, quando os debates sobre a criação dos cursos jurídicos foram abertos no parlamento brasileiro, e 21 de agosto de 1827, data da aprovação do decreto de criação das Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo, anotamos 149 referências explícitas a Coimbra e aos Estatutos da Faculdade de Direito de Coimbra, em 14 sessões na Assembleia Constituinte (1823), 24 sessões na Câmara dos Deputados (1826-27) e 11 sessões no Senado (1826-27). Além de uma citação explícita a Paschoal José de Melo Freire. (NEDER, 2016).

O curso de Direito aprovado no Brasil, por ato de D. Pedro I, trazia três premissas que foram referenciadas por FORNARI (2007, p. 28) com três evidências: primeiro destaca-se que havia uma composição política com as elites imperiais ali nos idos de 1824, segundo a Igreja influenciava a estrutura burocrática do estado incluindo na base do currículo do curso a disciplina Direito Eclesiástico, terceiro era um ensino sem método. Era essa a realidade e foi a partir dessa tradição jurídica que os cursos de direito foram implantados no Brasil.

Essa sistemática de ensino jurídico, em um país da América Latina, como o Brasil, tem sido bastante questionada diante dos conflitos e das lutas travadas por territórios, defesa dos direitos humanos e para as populações tradicionais (WOLKMER, 2017, p. 19). A descolonização desse sistema se apresenta como estratégia que se impõe não somente como transformação, mas compreende igualmente a “construção e criação” de um ensino jurídico com questão em abertas e conflituosas a serem enfrentadas.

Na Amazônia os cursos de Direito estão nas maiores cidades dos Estados Amazônicos ou ainda em unidades acadêmicas escolhidas em projetos específicos, como o curso de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que em cooperação técnica com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Tecnologia do Pará, abriu turma do curso de Direito no município de Mocajuba, onde predomina o agronegócio do dendê.

É necessário pensar novas formas de se ensinar o Direito, na perspectiva das necessidades da sociedade. Os cursos de Direito deveriam ser inseridos no esforço institucional e político, da sociedade civil e Estado (SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2005), potencializando a resolução alternativa de conflito (conciliação, mediação e arbitragem), contando com a intervenção de outros profissionais fora da área do Direito (psicólogos, líderes comunitários, assistentes sociais), podem fornecer outro tipo de aprendizado para os estudantes, estimulando, na prática, uma verdadeira interdisciplinariedade. (ALMEIDA E OUTROS, 2013, p. 25-26).

UMA PROPOSTA DE CURSO DE DIREITO PARA ASSENTADOS E QUILOMBOLAS NO BAIXO AMAZONAS

Pensar na proposta de curso é pensar na ideia que consolidou a existência daquela unidade de ensino, como por exemplo a UFOPA no Oeste do Pará. No início dos anos 2000, várias unidades federais de ensino superior foram criadas, cada uma delas acolhendo as especificidades das regiões onde estavam inseridas. Os cursos propostos e oferecidos, tinham por objeto contemplar uma necessidade da comunidade, provocar a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

SANTOS e SILVA (2014, p. 2) indicam que com a promulgação da Lei 12.824/2013 que criou a UNIFESSPA, o ensino superior no sul e sudeste ganha autonomia e tem pela frente o desafio de constituir-se, a partir de matrizes próprias das demandas locais, em um contexto de fronteira e dos conflitos históricos que a região é palco. Construir e consolidar espaços de

consolidação da cidadania, da diversidade efetiva, da instrumentalização dos direitos humanos e da justiça com equidade social, são parâmetros que devem corporificar o marco institucional da UNIFESSPA.

A UNIFESSPA nasce do desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA, assim como a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. UNIFESSPA com sede em Marabá e UFOPA com sede em Santarém. Estas duas unidades ofereceram cursos pela política pública de educação para usuários da política da reforma agrária, patrocinado pelo PRONERA. A UFOPA, ofereceu o curso de especialização tratado em tópico anterior deste trabalho e a UNIFESSPA ofereceu o curso de Direito da Terra.

O PRONERA traz como uma de suas premissas a participação e controle social. Na proposta do curso da UNIFESSPA observa-se como este item foi tratado:

Em cumprimento ao que determina a Resolução CNE/CSE nº 9 de 29 de setembro de 2004 e em consonância com a realidade regional, o Instituto de Estudos em Direito e Sociedade, doravante IEDS, a Faculdade de Direito do Campus de Marabá (FADIR), Unidade e Subunidade integrantes da recém-criada Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), atentos às novas demandas sociais, assim como às mais recentes discussões estabelecidas sobre os movimentos sociais camponeses do sul e sudeste do Pará, apresenta esta proposta de criação de curso especial de Bacharelado em Direito para beneficiários da Reforma Agrária, em Convênio com o PRONERA/INCRA, denominado “Direito da Terra”. Sua construção aconteceu e acontece no decorrer de reuniões periódicas de professores, alunos, técnicos em assuntos educacionais, representantes dos movimentos sociais do Campo como Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá. (Projeto de criação da turma Direito da Terra - IEDS e FADIR, 2014)

O curso foi instalado, porém passou a sofrer todos os revezes que políticas públicas como de educação para populações do campo são alvo. Não é diferente no que diz respeito a regularização fundiária dos territórios de populações tradicionais. Estas políticas não são prioritárias no Estado Brasileiro.

A estratégia pedagógica para os cursos do PRONERA tem por referência o tempo escola e o tempo comunidade, fundamentado na pedagogia da alternância, que no projeto apresentado para o curso de Direito da Terra dialeticamente visavam a produção e construção de conhecimentos práticos e teóricos enriquecidos pela experiência institucional (teoria) em interlocução com a experiência local comunitária (prática), na síntese da alternância. Não se tratava de criar um curso novo, o que implicaria em outros trâmites administrativos e acadêmicos junto ao MEC, mas dentro da autonomia metodológica das unidades acadêmicas, cumprir parte do fim social da Universidade e observância às normativas do CNE/CES (a exemplo da Resolução CNE/CES nº 9 de 29 de setembro de 2004), como expresso no projeto.

As mudanças políticas no plano federal brasileiro criaram vários embaraços para a continuidade do PRONERA. Os cursos, como atendem discente que moram no campo, nas áreas de assentamentos ou territórios quilombolas precisam de bolsas para fazer frente a despesas com deslocamentos, hospedagem e alimentação. Analisando os relatórios do curso de Direito da Terra da UNIFESSPA, pode-se observar que a irregularidade na transferência de recursos para manutenção do curso, atingiu o pagamento da bolsa dos alunos no exercício de 2019, que só foram parcialmente pagas criando dificuldades ao bom desenvolvimento das etapas do curso programadas. A situação só foi regularizada após mobilizações políticas junto a parla-

mentares os quais garantiram recursos via emendas parlamentares para custeio de bolsas para os discentes do curso.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) também apresentou projeto de implantação do curso de Direito para atender aos beneficiários das políticas públicas da reforma agrária na Região do Baixo Amazonas, área administrativa SR30 do INCRA, que abrange além do Baixo Amazonas os municípios da região de Altamira. A demanda do curso de direito para essa região foi pautada especialmente pelo Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Santarém e Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (AR-QMO).

O curso tem como proposta ocorrer na UAJV da UFF, localizado no município de Oriximiná que tem em suas redondezas um grande número de territórios quilombolas, assentamentos rurais, unidades de conservação e grandes projetos de mineração e manejo florestal, os quais enfrentam altos níveis de conflituosidade sociais, por esta razão é um ambiente propício para a implementação de um curso que tem com fim o tratamento dos conflitos locais. Porém, o projeto até então não foi aprovado, embora submetido a ajustes pela coordenação nacional do PRONERA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se nestas propostas de cursos para o PRONERA uma possibilidade de inovação e promoção das potencialidades locais das comunidades abrangidas pelo projeto. A construção dos projetos políticos pedagógicos dos cursos pode fazer uma análise da realidade e adequar o currículo de disciplinas às necessidades locais e regionais. A UNIFESSPA teve a possibilidade de interagir com sua realidade e propor um projeto que dialogava com a realidade social, puderam contar com a participação de todos os atores que apresentaram a proposta do curso acreditando que não há possibilidade de qualquer inovação acontecer se a proposta for imposta de cima para baixo ou de fora para dentro, por melhor que seja o projeto. O sentimento de “pertença” ao projeto é requisito básico a ser vivenciado e trabalhado desde o início, e esse é um sentimento muito próprio das populações tradicionais da Amazônia. O pertencimento dialoga com todas as temáticas a serem propostas no curso.

Masetto e Zukowsky-Tavares (2017, p. 40) indicam que a reconceitualização das disciplinas resgata seu papel de componente curricular, ou seja, o fato de serem selecionadas como fonte de informações necessárias para colaborar com a formação do profissional que se pretende. O importante não é ensinar uma disciplina, mas trabalhar com informações necessárias desta e daquela área de conhecimento para a formação do profissional.

Não é novidade dizer que a região norte tem um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento humano do país, entretanto, observa-se que o que se tem realizado em ações não vêm demonstrando tanta efetividade, e por outro lado, o tempo de resposta entre uma ação na dimensão da educação e o resultado esperado, geralmente é de médio e longo prazo. Sabemos que as ações no campo da educação não podem ser isoladas, ou seja, tem que se articular com outras dimensões sociais como aquelas que são geradoras de renda e podem auxiliar no tratamento das lides que esse campo propõe.

Observou-se que a política pública de educação do campo ainda é uma “novidade” para região do Baixo Amazonas e Calha Norte. Novidade que não estava sendo tratada ou acompanhada, mesmo com a implantação de tantas instituições de ensino superior e técnico na

região. Somado a esse processo, a apreensão da metodologia da alternância adicionado a compreensão do espaço amazônico são as realidades que mais desafiam a implementação de cursos novos que venham atender a essa realidade. Desafio para academia! Na composição do quadro de professores do curso de Direito da Terra, proposto pela UNIFESSPA há um número considerável de professores voluntários, fazendo crer que a compreensão da proposta do projeto político pedagógico do curso é temática que ainda não foram assimiladas pelos docentes dos cursos regulares.

O desafio na implantação da especialização em Saúde da Família e da Comunidade foi notório para todos do Instituto de Saúde Coletiva da UFOPA, assim como foi o curso de Direito da Terra para UNIFESSPA, desafio pautado para esta nova proposta de curso de Direito da UFF em Oriximiná, para atender especialmente a quilombolas, entretanto, o maior, foi o de ter que se desconstruir para pensar Educação no Campo em um território “desconhecido” por muitos da universidade, como o Amazônico, neste caso em especial, o Oeste Paraense. O grande aprendizado para todos nesse processo, é que somente é possível pensar Educação no Campo “a muitas mãos”, principalmente, daquelas que nascem e vivem nos campos, na floresta e água, como os da região de várzea e os ribeirinhos, os quilombolas e os produtores da agricultura familiar, extrativistas de produtos madeireiros e não madeireiros, pescadores e artesãos.

O desafio é tornar possível o que se prevê nos projetos dos cursos. Wolkmer (2017, p. 16) ao refletir sobre essa perspectiva, diz que é indispensável assimilar o apelo por novas gramáticas e por novos saberes que possibilitam uma linguagem alternativa da diferença, que contextualiza, como querem Castro-Gómez e Grosfoguel, “a complexidade das hierarquias de gênero, raça, classe, sexualidade, conhecimento e espiritualidade dentro dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo” (2007).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Frederico. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. Direito e Realidade: Desafio para o ensino jurídico. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina (org). Ensino do direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. São Paulo: Direito GV, 2013, 201 p.
- AQUINO J.R. O desenvolvimento humano que não chega ao campo. In: Carta Capital, Junho, 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/desenvolvimento-humano-que-nao-chega-ao-campo>>
- BRASIL. Resolução CNE/CES nº 9 de 29 de setembro de 2004
- BRASIL, LEI 12.824, de 5 de junho de 2013 - Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências.
- BRASIL, LEI 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Brasil, Portaria 2.866, de 02 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde que estabelece a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Ministério de Polí-

- tica Fundiária (Org.). In: Projetos de assentamento agro- extrativista. 1996.
- CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público <<http://www.cnmp.mp.br>>. Acessado em: 08 de janeiro de 2021.
- DATASUS. Departamento de Informática do SUS. In: DATASUS, 2014. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0102>.
- IBGE. Censo Demográfico 2017. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.
- MASETTO, Marcos Tarciso e ZUKOWSKY-TAVARES, Cristina. Inovação e a Universidade. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFEBaum, Marina (org). Ensino do direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. São Paulo : Direito GV, 201.
- NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Formação jurídica e história das faculdades de Direito em Portugal e no Brasil. In: Revista Direito em Movimento, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 106-136, 2018.
- ORIXIMINÁ – (Pará). Defensoria Pública do Estado do Pará e Diocese de Óbidos/PA (Org.). Relatório do Encontro sobre Hidrelétrica e Mineração na Amazônia: IMPACTOS SOBRE OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ/PA. Jan/2016. Disponível em: <http://adpep.org.br/wp-content/uploads/2016/02/RELATÓRIO-ENCONTRO-QUILOMBOLA-INDIGENA_ORIXIMINÁ-20161.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- Projeto do Curso de Bacharelado em Direito - (Turma Especial para beneficiários da Reforma Agrária) “DIREITO DA TERRA”, UNIFESSPA, 2014.
- SANTARÉM - PARÁ. Universidade Federal Oeste do Pará (Org.). Carta de Santarém: I Fórum de Determinantes Sociais em Saúde. 2016. Disponível em: <http://www.iuhpeconference2016.com/noticias/noticia_int.php?id_noticia=77>.
- SOUZA, Marcelino C.; MADEIRA FILHO, Wilson; BRAGA, Lilian R .F. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) como conciliação de interesse de terras quilombolas e unidades de conservação. Cadernos de Estudos Sociais, v. 35, n 2, [in press], Jul./Dez., 2020.
- WOLKMER, Antonio Carlos. Para uma sociologia jurídica no Brasil: desde uma perspectiva crítica e descolonial. In: Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v, 4, nº 3, set/dez, 2017.